

## **Entre o Evangelho e o Capital: cristãos e marxistas no Brasil dos anos sessenta ao redor da ideia de cultura**

Carlos Rodrigues Brandão\*

**Resumo:** Paulo Freire iniciou a sua vida como um educador popular no Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife, em 1960. E iniciou também como criador e participante ativo dos "movimentos de cultura popular" do início dos "anos sessenta", no Brasil. Tendo como foco as ideias e propostas de Paulo Freire, ao pensar a educação como cultura, a cultura como política e a política como a construção humana da vida no acontecer da história, este escrito apresenta e comenta documentos de pessoas e de coletivos então vinculados aos movimentos de cultura popular. De passagem este escrito retoma alguns pontos hoje esquecidos a respeito das relações entre militantes cristãos e marxistas ao longo dos "anos sessenta". Boa parte do que anos mais tarde surgiu entre a academia e a escola sob nomes como: "transdisciplinaridade", "multiculturalismo", "diálogo", em boa medida é uma herança tardia do que a partir do "legado freireano", foi pensado, partilhado e vivido entre os anos sessenta, a conhecida "década que não acabou". A maior parte das palavras "entre aspas" neste artigo tem a ver com expressões então comuns e correntes.

**Palavras-chave:** Paulo Freire, anos sessenta, cultura, cristianismo, marxismo.

## **Between the Gospel and the Capital: Christians and Marxists in Brazil in the Sixties around the idea of culture**

**Abstract:** Paulo Freire started his life as a popular educator in the Serviço de Extensão Cultural of the then University of Recife, in 1960. He also began as a creator and active participant of the "popular culture movements" of the beginning of the "sixties", in Brazil. Focusing on Paulo Freire's ideas and proposals, by thinking the education as culture, the culture as politics and the politics as the human construction of life in the course of history, this writing presents and comments documents of people and collectives then linked to popular culture movements. In passing, this writing takes up some points now forgotten about the relations between Christian and Marxist militants throughout the "sixties". Much of what emerged years later between academia and school under names such as: "transdisciplinarity", "multiculturalism", "dialogue", to a large extent, is a late legacy of what from the "Freirean legacy", was thought, shared and lived between the sixties, the well-known "decade that has not ended". Most of the "quoted" words in this article have to do with then common and current expressions.

**Key words:** Paulo Freire, Sixties, Culture, Christianity, Marxism.

---

\* Professor emérito pelas Universidade Federal de Uberlândia e Universidade Estadual de Campinas. E-mail: carlosdecaldas@gmail.com



*Compreende-se então que a revolta não pode prescindir de um estranho amor. Aqueles que não encontram descanso nem em Deus, nem na história, estão condenados a viver para aqueles que, como eles, não conseguem viver: para os humilhados. O corolário do movimento mais puro de revolta é então o grito dilacerante de Karamazov: se não forem salvos todos, de que serve a salvação de um só? Dessa forma, condenados católicos, nas masmorras da Espanha, recusam a comunhão, porque os padres do regime tornaram-na obrigatória em certas prisões. Também eles, únicas testemunhas da inocência crucificada, recusam a salvação, se seu preço é a injustiça e a opressão. Essa louca generosidade é a da revolta, que oferta sem hesitação sua força de amor, e recusa peremptoriamente a injustiça. Sua honra não é de não calcular nada, distribuir tudo na vida presente, e aos seus irmãos vivos. Desta forma ela é pródiga para os homens vindouros. A Verdadeira generosidade em relação ao futuro é dar tudo no presente.*

Albert Camus  
O homem revoltado

Cristãos “engajados”, “comprometidos com o social”, “militantes”, desde os começos dos “anos sessenta” (a “década que não acabou”) envolveram-se em ações políticas de vocação emancipatória, que possuíam em Paulo Freire uma de suas fontes originais e pensamento e ação. Em boa medida foi através dos *movimentos de cultura popular*, de que derivará mais tarde a educação popular, que até o golpe militar de abril de 1964, realizavam as suas atividades. Lugar social de suas atividades. Lembremos que em setembro de 1963, o professor Paulo Freire e sua “equipe nordestina” vinculada ao Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife, organizaram e coordenaram um “Primeiro Encontro Brasileiro da Alfabetização e Cultura Popular”<sup>1</sup>. A partir do primeiro “movimento”, criado em Pernambuco no governo de Miguel Arraes, no Recife, os MCPs espalharam-se por todo o País, através de movimentos e agremiações estudantis, congregadas em *Centros Populares de Cultura*, quase sempre agregados a instituições estaduais estudantis, as *Uniões Estaduais de Estudantes - UEEs* e a *União Nacional de Estudantes - UNE*.

Agregando ativistas provenientes de diferentes áreas das ciências, artes e práticas políticas, os movimentos de vocação insurgente e emancipatória de então aproximaram “cristãos de esquerda” e militantes comunistas.

---

<sup>1</sup> Boa parte dos documentos pioneiros da “Equipe do SER” e de outros educadores e coletivos de cultura e educação popular foi reunida no livro *Cultura Popular e Educação Popular, memória dos anos sessenta*, organizado por Osmar Fávero, antigo coordenador do Movimento de Educação de Base. Eles foram antes publicados na Revista *Estudos Universitários* nº. 4 da Universidade do Recife. Citações do livro-coletânea de Osmar Fávero aparecerão aqui como CPEP-e o número da página.

Durante anos vigorou no Brasil uma "frente ampla", que fazia interagirem em ações em comum, militantes marxistas e cristãos.

Uma das iniciativas de maior relevância, tanto em teoria quanto em ações práticas, foi o pensar a prática da educação como uma ação cultural; pensar a prática da cultura – então vivida como "cultura popular" – como uma ação política. E agir politicamente em nome de uma ativa e libertadora "construção da história". Esta sequência teve uma de suas origens no pensamento e nos escritos de Paulo Freire, sobretudo a partir de *Pedagogia do Oprimido*. Ela representou uma radical reinvenção do "sentido de história" que foi ao mesmo tempo um alicerce e um horizonte de tudo o que marcou os tempos originais da educação popular.

Um "sentido de história" (expressão frequente nos anos sessenta) como algo ao mesmo tempo plenamente humano e antecipadamente consagrado entre militantes cristãos, cujo objetivo era a construção de um mundo livre, fraterno, igualitário, justo, solidário. Socialista, portanto, na concepção de praticamente todos os que aderiram ao "projeto de salvação", agora não mais associado às virtudes individuais de cada pessoa, mas a coletivos de "cristãos engajados" em nome de uma coletividade de todos os seres humanos. "Ou nos salvamos todos ou não se salva ninguém".

Uma geração de cristãos assumidamente insurgentes, revolucionários (uma palavra bastante frequente, sobretudo após Cuba-59), socialmente engajados, e assumidamente socialistas. Cristãos leitores Marx, de Althusser, de Mao Tse Tung e, mais tarde de Antônio Gramsci. Não apenas leitores críticos e estudiosos de uma história realizada, mas construtores ativos de uma história por acontecer, foi através da cultura e de uma "ação cultural revolucionária" que se pensou e praticou no Brasil do início dos anos sessenta uma sequência de atividades insurgentes que nem mesmo a ditadura militar logrou desarticular inteiramente, e em boa medida foi ela a ponte que aproximou e fez interagirem em direção a um mesmo presente de lutas e um futuro de transformações, militantes marxistas e militantes cristãos.

Proveniente da Europa, mas em pouco tempo repensada e revivida como uma pluri-construção latino-americana, a Ação Católica desdobrou-se entre diferentes movimentos, de acordo com a categoria social de seus militantes (operários, camponeses, estudantes, universitários, profissionais). Cerca de dez anos antes de surgirem em diferentes cenários da América Latina a Teologia da Libertação e os seus desdobramentos, já uma "militância católica" e, logo depois "ecumenicamente cristã", atuava ao longo de todo o continente. E por meio de diversas aproximações e alianças com pensadores e ativistas procedentes de diferentes ramos do marxismo, lançava manifestos, escrevia artigos e livros, e participava ativamente de frentes de lutas que em nome de uma plena-história da realização humana a construir

desde “aqui-e-agora”, buscava através de uma “nova cultura popular” participar de uma humana e emancipadora “história de libertação”<sup>2</sup>.

Mas o que importa aqui são os acontecimentos ao redor de uma outra compreensão da história humana e das ações sociais de teor político pensadas e vividas através da cultura, na aurora dos anos sessenta no Brasil, através de aproximações e convergências entre marxistas e cristãos.

### ***Da cultura popular como folclore ao popular da cultura como política***

Entre os anos entre 1969 (Paulo Freire e outros vários brasileiros no exílio) e 1974 (ainda sob a ditadura militar), entre tantos outros foram escritos e publicados três livros que em boa medida irão instaurar entre nós, e no campo de relações que aqui nos interessa, uma outra sociologia, uma outra pedagogia e uma outra maneira de realizar investigações, entre uma e outra.

Em 1970 a Editorial Nuestro Tiempo, de Bogotá, lançou o livro *Ciencia propia y colonialismo intelectual – los nuevos rumbos*, do sociólogo colombiano Orlando Fals-Borda. Entre 1969 e 1970 Paulo Freire escreveu a mão e no exílio o seu livro *Pedagogia do oprimido*. Ele será dedicado “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo com eles lutam”<sup>3</sup>. O livro será publicado primeiro em Inglês (e nem sempre fiel ao original manuscrito) e, depois, em Espanhol e em Francês, antes de ser editado no Brasil. Entre o mesmo ano de 1969 e 1974 uma equipe de brasileiros e uruguaios, a partir de uma ação destinada a levar a países da América do Sul as nascentes idéias e propostas insurgentes do que veio a ser a educação popular, editou o livro *Educación*

---

<sup>2</sup> Décadas mais tarde, vinda diretamente dos EUA e encontrando sobretudo no Brasil um cenário favorável, em tempos de expansão e neo-colonização neocapitalista, diferentes igrejas pentecostais se enraízam e expandem, sobretudo junto às classes populares e uma ampla fração de pequena classe média. Elas difundem sobretudo através do rádio e da televisão (são as chamadas “igrejas eletrônicas”) o que veio a ser denominado de Teologia da Prosperidade. o exato oposto de uma então enfraquecida Teologia da Libertação e suas reduzidas comunidades eclesiais de base, tão numerosas e ativas décadas antes. E a Teologia da Prosperidade inverte uma vez mais o lugar histórico da “Idade do Ouro”. Ela estava no “começo dos tempos” e foi sendo degradada desde remota antiguidade até hoje. E hoje um fim da história, um “final dos tempos” e um “dia do juízo” novamente tomam o desenho de uma história humana conduzida cada vez mais pela ação maléfica do Demônio e os seus sequazes. Eles estarão mais presentes nas pregações de tal evangelismo do que o próprio Deus. Um cenário apocalíptico com terrores aumentados é acreditado por um número crescente de “crentes”. E ela resgata em termos de século XXI a antiga tradição calvinista estudada em profundidade por Max Weber. Diante da incerteza da salvação pessoal, um dos sinais de que “Deus está com você” é a sua prosperidade em todos os sentidos mensuráveis, a começar pelo fator econômico.

<sup>3</sup> *Pedagogia do Oprimido – o manuscrito*, p. 34 e 35 (manuscrito e impresso).

*popular y proceso de concientización*, que a editora Siglo XXI publicou primeiro na Argentina e, depois do golpe de estado, no México e na Espanha.

O livro de Orlando Fals-Borda fazia uma vigorosa crítica do colonialismo cultural, inclusive em nossas universidades, e lançava a proposta de uma sociologia que saltasse de ser apenas “crítica”, como a que nos chegava da Europa e, em menor escala, dos Estados Unidos da América do Norte, para tornar-se uma sociologia também militante. Uma sociologia que profeticamente ele iria titular uma “sociologia de la liberación”. E como um seu instrumento de pesquisa, Fals-Borda lançava a ideia de uma “investigação militante”, que adiante ser divulgada e consagrada com o nome de *investigación-ação-participante*.

*Pedagogia do oprimido* estabeleceu uma vigorosa oposição entre uma “educação bancária” – a do sistema capitalista hegemônico e vigente em nossas escolas – e uma “educação libertadora”. Uma educação, vimos já, pensada como cultura e nela inserida. E uma cultura pensada como uma política emancipadora que se realizada em uma história de construção de um “outro mundo possível.

A presença de imaginários e de agremiações de vocação cristã estará presente em todos os autores lembrados aqui. Paulo Freire, que nunca se assinou “marxista” ou “cristão”, irá trabalhar em Genebra no departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas (o “Vaticano” do mundo protestante). Orlando Fals-Borda estuda nos EUA com uma bolsa de instituições também protestantes. Finalmente, os autores de *Educación popular y proceso de concientización* percorrem a América Latina e depois publicam o seu livro através de um movimento ecumênico latino-americano – Igreja e Sociedade na América Latina - que responderá também pela edição do *Pedagogia do Oprimido* como artigos de um “suplemento” de uma revista: *Cristianismo y Sociedad*.

Sem nunca haver sido afiliada a uma ideologia política única e excludente, o que veio a ser a “educação popular de vocação freireana”, primeiro no Brasil e na América Latina e, depois, em todo o mundo, resultou todo o tempo de uma partilha entre humanistas laicos (como próprio Paulo Freire), militantes cristãos e ativistas marxistas.

Lembremos que ao longo dos anos sessenta-a-oitenta o continente latino-americano foi atravessado por uma sequência de inovações, entre a filosofia, a teologia, a pedagogia, as ciências sociais e as da saúde, assim como as artes. Algo do que foi instaurado, primeiro no Brasil e, logo a seguir, ao longo de toda a América Latina - inclusive nos países sucessiva ou contemporaneamente submetidos a ditaduras militares, entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile – sucede de imediato a Revolução Cubana, e

antecede “maio de 68” na França, o Concílio Vaticano II<sup>o</sup> e, mais ainda, os encontros episcopais de Puebla e de Medellín.

Não devemos esquecer que estes acontecimentos partilhados mais entre pessoais e coletivos proveniente de círculos do que então era chamado de “cultura erudita”, como a praticada nas universidades, surgiam como a contraparte do que surgia por toda a parte como sindicatos, movimentos populares entre operários e camponeses e as suas frentes de luta. Em vários coletivos pioneiros de teoria e prática da educação popular, era “freireanamente” acertada a ideia de que a dimensão mais substantiva do processo deveria correr por conta dos movimentos populares. E agremiações e movimentos surgidos nos anos sessenta deveriam exercer as suas práticas como assessores das alternativas de ações propriamente populares. No entanto, são os nomes de pessoas da academia e de agremiações derivadas os que em boa medida ficaram gravados como de educadores populares.

Por uma primeira vez na história das idéias e das ações de vocação insurgente e popular, em sua individualidade e através das coletividades que construíram, pessoas aparentemente ora tão próximas, ora tão diversas, como Ernesto Che Guevara, Carlos Marighela, Paulo Freire, Orlando Fals-Borda, Camilo Torres, Gustavo Gutierrez, Augusto Boal, Leonardo Boff, Enrique Dussel, Martin Baró, Thiago de Mello, Salvador Allende, Victor Jara, e tantas e tantos outros, reescreveram entre a Argentina e o México, palavras dirigidas a e por ações originadas de palavras como: *insurgente, revolucionário, emancipador, popular, libertador, contra-hegemônico, decolonizador, humanizante* e outras mais. E, através delas e de seus princípios e horizontes, geraram teorias, estabeleceram propostas e inauguraram ações e práticas com nomes como: *pedagogia do oprimido, educação libertadora, educação popular, investigação-ação-participativa, sociologia da libertação, teologia da libertação, política da libertação, teatro do oprimido, releitura latino-americana do marxismo, diálogo cristão-marxista, socialismo humanista, etc.*

Relembro que uma restrita leitura-de-memória, fundada em teorias unilaterais, com o olhar dirigido por uma vertente simbólica única e excludente deixaria de fora o mais renovador e relevante acontecimento. Eu o comentei linhas acima e considero relevante lembrá-lo. Uma breve visita à bibliografia indicada nos três livros pioneiros antes mencionados aqui, entre livros, que podemos considerar como fontes fundadoras de boa parte do que se instaurou a seguir, tornará evidente eu em todos eles não há uma teoria única de base, e sequer uma “escola de pensamento dominante. Não seria encontrada uma “escola filosófica” ou uma vertente científico-ideológica excludente que pudesse se apresentar como “o fundamento teórico” de

qualquer um dos três livros. Deles e de vários outros editados, lidos e dialogados então.

Orlando Fals-Borda, Júlio Barreiro e Paulo Freire alternam no que escrevem a sociologia funcionalista norte-americana, a filosofia humanista da Europa, com pensadores marxistas, entre o próprio Marx, Lenin, Mao Tse Tung, Althusser, Antônio Gramsci, Martha Haeneker, colocados em pé de igualdade com Franz Fanon e Alberto Memni, e com Martin Buber, um filósofo judeu-alemão autor, entre outros, de um livro sobre "socialistas utópicos".

Na vertente cristã de um pluri-campo de interações e diálogos, desde 1960 tanto sacerdotes católicos quanto leigos, sobretudo os da *Ação Católica*, mesclam com crescente frequência leituras e posturas vindas de Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin com escritos de Carlos Marx e Mao Tse Tung.

Em 1972 realizou-se em Santiago um *Primer Congreso Latino-Americano de Curas por el Socialismo*. Relembro que aqui no Brasil, desde o começo dos anos sessenta estudantes e outros "enganados cristãos" e militantes comunistas firmaram um acordo de "frente única" e colaboraram intensamente. Em 1962 um "Manifesto do Diretório Acadêmico da Pontifícia Universidade Católica" foi denunciado como um "documento socialista" ou mesmo "comunista" por setores de centro-direita da hierarquia católica. Dois meses antes do golpe militar de 1º de abril de 1964, um livro de alfabetização do *Movimento de Educação de Base* foi apreendido ainda na gráfica pela polícia do então Estado da Guanabara. Logo após o golpe militar, militantes cristãos, tanto quanto marxistas, foram de imediato perseguidos, presos, exilados, torturados e, em casos extremos, mortos.

Do ponto de vista protestante, recordemos que a vinda de Richard Shaull, um missionário presbiteriano norte-americano que atravessou alguns países da América Latina e viveu no Brasil de 1952 a 1962, provocou a partir de suas ações e pregações um intenso e crescente envolvimento social e político entre leigos evangélicos, pastores e teólogos, tal como ele já era partilhado desde anos antes por uma "militância católica", entre leigos, padres, freiras e alguns bispos. Shaull impulsionou uma aproximação ecumênica entre protestantes (sobretudo presbiterianos) e a "esquerda católica", de que resultou, entre outros efeitos, a criação do movimento continental lembrado linhas acima: *Iglesia y Sociedad en América Latina*.

Escrevo estas memórias bastante conhecidas, mas nem lembradas, para recordar que terá sido desde mesclas, desde frentes e articulações pluri-interativas e emancipadoras, e desde o mútuo envolvimento entre pessoas praticantes de diferentes filosofias, ideologias políticas, ideários a respeito da pessoa humana e dos valores que a acompanham e sustentam, que

constituíram os alicerces de origem tanto da educação popular dos anos sessenta, quanto da investigação-ação-participativa e da teologia da libertação entre os anos setenta-oitenta.

Reitero algo ao mesmo tempo historicamente essencial e academicamente esquecido. Praticamente todas as ideias, as propostas de ação e as práticas de realização de vocações ao mesmo tempo descolonizadoras, contra-hegemônicas, emancipadoras e populares, foram originadas nunca em um campo único e excludente de pensamento, mas desde entre-lugares, de intervalos e eixos de encontro entre pessoas e coletivos de pessoas diferentes e, não raro, até mesmo em algo divergentes; no entanto convergentes em sua vocação de serviço ao povo e ao popular<sup>4</sup>.

Foi sempre a partir de uma saída do “lugar de pensamento e ação onde estou” e “desde onde penso e ajo”, em direção a um campo interativo e dialógico com “outros que não pensam e nem agem como eu”, que foi possível gerar, aprofundar e difundir ao longo da América Latina a fecunda e desafiadora pluralidade de idéias, de propostas de ação, de movimentos e articulações que teriam a sua distante origem no que estarei tratando no tópico seguinte.

A educação popular, em sua teoria posta por escrito e realizada entre práticas em escolas e movimentos populares, foi fruto de um amplo e fecundo coletivo de educadores a partir das idéias de Paulo Freire. Não esqueçamos o que ele sempre tornou presente. Paulo Freire foi uma pessoa que seguidamente se apresentou como um educador situado em um lugar de encontro entre o marxismo, o cristianismo militante, e o humanismo laico com raízes na Europa, na América Latina e na África.

De uma maneira bastante semelhante, alguns anos mais tarde uma “sociologia de libertação” assim como a sua pesquisa-ação-participante irão surgir a partir de uma inovadora e interativa crítica da colonização cultural que nos era secularmente imposta, ao lado de propostas de novas maneiras de pensar e de agir que aproximam e articulam a crítica social marxista com propostas não apenas humanistas, no seu sentido mais ocidental e erudito desta palavra, mas insurgentemente humanizadoras, através de ações de cunho popular e emancipador.

---

<sup>4</sup> “Popular” terá neste escrito o mesmo sentido que teve desde os anos sessenta entre nós. Popular é o que se refere ao “do povo”, em sua semântica mais política, como a classe social cujo trabalho é submetido ao poder do capital, e cujas vidas são dominadas pela sua lógica, em sociedades de classe como as nossas. Popular significará também toda a ação social que não se dirige às mais diversas categorias do sujeito social “povo”, como *um serviço*, mas que se propõe colocar-se *a serviço* de sujeitos e coletivos populares, reconhecendo-os como autores e atores essenciais de processos sociais de valor político destinados à sua libertação (para usar aqui uma palavra fundadora nos anos sessenta) e à transformação da sociedade dominada pela lógica excludente do mercado de capitais.

### ***A cultura, a cultura popular e a construção de uma nova história***

Partindo de uma expressão corrente na Europa, desde pelo menos o século XIX, a proposta dos *Movimentos de Cultura Popular (MCPs)* dos cinco primeiros anos da década dos anos sessenta subverteu de uma maneira politicamente motivada a essência de seu sentido original. *Cultura popular* deixava de ser simplesmente um conceito científico herdado pelos cientistas sociais dos antiquaristas e folcloristas europeus, para converter-se na palavra-chave de um projeto político de transformação social a partir das próprias culturas de camponeses, trabalhadores urbanos e outros atores sociais populares.

Os projetos dos *MCPs* pretendiam ir algo além de uma simples “democratização da cultura”, então apregoada pela UNESCO, ou mais além de propostas de uma simples e ilusória “ilustração das camadas populares”, através de programas de educação de adultos, de extensão cultural, ou de programas estatais de “desenvolvimento de comunidade”. O horizonte de um novo “trabalho de/atraves da cultura popular” foi uma das expressões mais radicais de associação entre estudantes, profissionais e intelectuais saídos das universidades, e pessoas e coletivos provenientes das classes trabalhadoras.

Trago a este ensaio uma pequena coletânea de documentos associados aos *MCPs* dos anos sessenta. Dentre muitos documento de época, escolhi textos de Paulo Freire e pessoas de sua primeira equipe nordestina, representantes do que chamo aqui de *humanistas leigos* (sendo que pelo menos duas dentre elas eram cristãs militantes); do *Movimento de Educação de Base*; da *Campanha "de pé no chão também se aprende a ler*, do Nordeste; da *Ação Popular*, o “braço político” da *Ação Católica*, depois do golpe militar transformado em um movimento insurgente e clandestino, com crescente aproximação ao marxismo; do *Centro Popular de Cultura de Belo Horizonte*; de *Carlos Estevam*, pensador e militante marxista; do *Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*, que reuniu educadores militantes de todas as vertentes.

Como uma síntese dos parágrafos que iniciam alguns dos documentos dos *MCPs*, o ponto de origem partia de que o que caracteriza a experiência humana no Planeta Terra é o fato de ser o homem o produtor de uma cultura que o reproduz como ser humano. A cultura abarca tudo o que o homem e o trabalho humano realizam ao transformar a natureza, e ao atribuir significados ao que ele realiza em sua mente e sobre as matérias do mundo. Um ponto de partida bastante visível inclusive nos primeiros textos de Paulo Freire está na oposição entre os outros seres vivos presente na Terra e nós, os humanos. Enquanto eles naturalmente se inserem nos ambientes em que

vivem numa relação de composição, nós nos opomos à natureza que nos é dada, e através de uma modalidade de trabalho consciente e intencional, nós transformamos “coisas” de uma “natureza dada” em “objetos” de uma cultura construída.

O processo social de criação de cultura é o que atribui ao homem a possibilidade de afirmar-se como um ser ao mesmo tempo da vida e da consciência. Como um sujeito que habita de modo singular a sociedade, o homem é também o criador de sua história e um pensador da história que vive e cria.

Vejamos essas ideias tal como foram escritas por pessoas e/ coletivos dos MCPs. Em todos eles o leitor deverá observar um padrão de linguagem bastante característico dos educadores, cientistas sociais, artistas e outros participantes dos Movimentos de Cultura Popular de então.

O homem estando no mundo estabelece relação com a natureza, a compreende e desenvolve um trabalho de transformação desse mundo. Nesse sentido é que ele cria outro mundo, o mundo da cultura, do qual por sua posição de criador ele é sujeito e é como sujeito que ele deve participar do mundo da cultura e da natureza<sup>5</sup>.

Cultura é tudo o que o homem agrega à natureza; tudo o que não está inscrito no determinismo da natureza e que nela é incluído pela ação humana. Distinguem-se na cultura seus produtos: instrumentos, linguagem, ciência, a vida em sociedade, e os modos de agir e pensar comuns a uma determinada sociedade, que tornam possível a essa sociedade a criação da cultura<sup>6</sup>.

A distinção entre dois mundos: o da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem em sua sociedade e com sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para com as relações e comunicações dos homens. A cultura como agregação que o homem faz a um mundo que não foi construído por ele. A cultura como resultado de seu esforço criador e recriador<sup>7</sup>.

O trabalho de transformar e significar o mundo será o mesmo que transforma e resinifica o homem. Ele se co figura como uma ação coletiva e socialmente necessária e motivada. Assim, a própria sociedade em que o homem se converte para *ser* humano é uma dimensão da realização humana da cultura, no sentido mais amplo que é possível atribuir a esta palavra.

De igual maneira assim também acontece com a “consciência do homem”, como aquilo que permite a ele não apenas conhecer, como os animais, mas conhecer-se conhecendo. E o que lhe faculta transcender

<sup>5</sup> Centro Popular de Cultura de Belo Horizonte, *O que é cultura popular*, em *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60 (1983)*, na p. 83. Daqui em diante: CPEP – 83.

<sup>6</sup> MEB. *Cultura popular: notas para um estudo*, na p. 78.

<sup>7</sup> Paulo Freire, *Conscientização e Alfabetização - uma nova visão do processo*. CPEP-116.

simbolicamente o mundo da natureza de que é parte e sobre o qual age, através de uma construção social que acompanha na história o trabalho humano de agir sobre o mundo e sobre si-mesmo.

A construção social da consciência realiza-se através do trabalho que, por sua vez, resulta da possibilidade de “comunicação entre as consciências”, ao ser realizado coletivamente e ao ser coletivamente significado. Tanto em Paulo Freire quanto nos movimentos cristãos, como o MEB, as idéias de *consciência* e do *processo de conscientização* serão o fundamento de todo o acontecer da educação. Um dos documentos de estudo do MEB tinha este título: *Educação e conscientização*.

A própria consciência humana, sendo uma derivação do trabalho e da cultura, é também algo construído ao longo do processo da história. Seguindo os termos que a partir de Paulo Freire “historicizam” a cultura e a educação, como um pensar coletivo sobre o mundo através do trabalho, a ação coletiva humana é em seu acontecer um pensar social *na* e *sobre* a história, produto e palco do trabalho e da cultura<sup>8</sup>.

Assim, as interações entre a pessoa humana e a natureza, e entre as pessoas umas com as outras - mediatizadas pela natureza através da cultura - não são somente sociais. Elas são também históricas. Como algo que pode parecer redundante nos dias de hoje, mas que foi uma fecunda descoberta nos “anos sessenta”, o lugar de realização da vida humana não é apenas a sociedade. Em sua aparente realização, mas é a história social em sua contínua transformação. E isto por uma dupla razão: porque os seres humanos constroem-se social e culturalmente a si-mesmos no curso do processo da história. E porque os seres humanos não apenas estudam a posteriori, mas realizam e constroem a própria história de que são autores-atores, antes de serem leitores e estudiosos. Quando Paulo Freire opõe o seu “humanismo crítico” ao que ele chamava de “humanitarismo”, ele contrapõe um conceito ativo de ação transformadora em nome da “humanização do humano”, às teorias dos filósofos que apenas se limitam a pensar e interpretar o “mistério do ser humano”.

(...) Testemunho humanista. De humanismo que não se perde em frases feitas, quando muito sonoras, amontoado de palavras ocas, que fala em homem abstrato, fora do mundo, fora do tempo; humanismo pelo contrário (...) que é compromisso com o homem molhado de tempo, enraizado no mundo. Compromisso com os homens que estão sendo uma forma de não-ser<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Tanto em Paulo Freire quanto em movimentos cristãos, como o MEB, as idéias de *consciência* e do *processo de conscientização* serão o fundamento de todo o acontecer da educação. Um dos documentos de estudo do MEB tinha este título: *Educação e conscientização*.

<sup>9</sup> Paulo Freire, Carta de 13 de junho de 1969, em *Pedagogia da Correspondência*, p. 12.

Ao transcender o mundo dado pela natureza e ao construir material e significativamente um mundo de cultura, o homem se afirma como criador de suas próprias condições de existência, e como não um objeto a posteriori, mas como um sujeito a priori da história.

Criando e recriando, integrando-se às condições do seu contexto, respondendo a seus desafios, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo, o da História e o da Cultura<sup>10</sup>.

Ser sujeito-da-história e realizar-se como o agente criador da cultura não configura adjetivos qualificadores do homem. Constitui o seu substantivo. E não conforma estaticamente a sua essência, mas representa um momento do seu processo dialético de humanização<sup>11</sup>. No espaço de tensão entre a necessidade (as suas limitações como ser-da-natureza) e a liberdade (o seu poder de transcender ao mundo através de atos conscientes de reflexão) o homem realiza um trabalho único, que ao criar um mundo de cultura e ao “fazer a história humana”, gera a própria sinuosa trajetória do processo de “humanização do homem”.

A cultura é histórica. A iniciativa humana que cria a história é precisamente a cultura. A história não é mais que o desenvolvimento do processo pelo qual se opera a mudança dialética da Natureza em Cultura, vale dizer, de mundo natural a mundo humano. Logo, uma cultura a-histórica é um contrassenso. Em verdade, sendo o sujeito da história por ser o criador da cultura, as formas históricas das criações culturais devem situar-se na linha das exigências de realização do homem. Existem valores essenciais que a cultura deve encarnar em situações históricas infinitamente variáveis, justamente por serem valores constitutivos do ser-homem (sem estes a cultura é desumanizante e alienante). Uma determinada cultura histórica é autêntica quando permite que tais valores se tornem carne e, por eles, a construção de-um-mundo-para-o-homem. Nesse caso, a cultura se torna expressão autêntica da real consciência histórica do homem (do grupo, da nação, da época)<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Paulo Freire, CPEP-116.

<sup>11</sup> Para os militantes cristãos, a ideia de *humanização* possuía um valor de transcendência inexistente entre os companheiros marxistas. Éramos então fervorosos leitores e estudiosos da obra de Pierre Teilhard de Chardin, especialmente, *O fenômeno humano*. Assim, para nós o acontecer de uma progressiva humanização não se esgotava em uma imanência materialista. Ela era pensada e vivida por nós como um processo contínuo e ascendente de complexificação, ascensão e espiritualização. Ela não nos conduzia apenas à sociedade socialista e terrena, mas à realização plena do humano e sua trajetória no “Ponto Ômega”. Não do “fim da história”, mas do começo de uma transcendente trans-história de comunhão plena entre o humano e o divino. Em conversas entre estudantes marxistas e cristãos, o que era para eles a realização plena de uma universal sociedade comunista, era para nós a culminância de uma humanidade socializada, irmanada e co-criadora do “Reino de Deus na Terra”. Este livro finaliza com artigos sobre Teilhard de Chardin.

<sup>12</sup> *Ação Popular/Cultura Popular, documento de formação*. P. 17. Grifos dos autores.

### ***O existir do homem e de suas culturas em um mundo desigual***

Num mundo plenamente humano e humanizado, as relações fundamentais de cultura e através da cultura, deveriam traduzir o reconhecimento entre sujeitos livres e igualmente produtores e beneficiários da totalidade de uma cultura que inaugura a história através de um trabalho que afirma e confirma a liberdade em sua trajetória humanizadora, ao negar a possibilidade de domínio de umas pessoas e coletivos de pessoa sobre as outras pessoas e outras coletividades.

No processo real da história tal como ela aconteceu no passado e segue acontecendo no presente, o reconhecimento entre as consciências é sistematicamente negado. Assim, a dialética das relações entre o homem e a natureza através da cultura funda e consolida a dominação de alguns sujeitos e grupos sociais sobre outros.

A cultura que deriva da desigualdade de condições humanas de produção de bens, poderes e símbolos de compreensão da vida social, torna-se social e historicamente dividida, pois ela reflete relações desiguais e antagônicas entre grupos no interior de uma sociedade. A oposição de/entre culturas não é resultante de processos derivados da "natureza do homem", e nem é uma condição do modo através do qual o ser humano se relaciona com seu mundo. É um fato histórico que nega a possibilidade de que a História se realize e consolide como a trajetória da afirmação da igualdade e liberdade entre todos os seres humanos<sup>13</sup>.

A oposição estrutural entre modos sociais de participação na *cultura* é o que instaura e explica a *cultura popular*. Assim, esta será uma das evidências de uma relação negada de universalização da cultura. Pois ela se configura através de valores e símbolos de sujeitos e grupos étnicos e sociais politicamente dominados, sendo social e economicamente expropriados através do transcorrer do processo da história. Ela se configura também como uma cultura hegemonicamente imposta às classes populares. No entanto, em uma outra quase subterrânea dimensão, ela é também a cultura que o povo cria, segundo as formas e dimensões através das quais ele o participa na/da vida social.

Frente a uma *cultura dominante* (*hegemônica, opressora, colonizadora, consagrada, legítima, etc.*) a *cultura popular* constitui-se como expressões dominadas, oprimidas, colonizadas, subalternas, etc.). No entanto, no curso da história tanto as culturas hegemonicamente dominantes, quando as subalternamente dominadas, configuram-se por igual como "culturas alienadas", no sentido de que não são capazes de afirmar e expressar

---

<sup>13</sup> Conforme o documento *Ação Popular/Cultura Popular*, nas p. 17 a 19.

relações universais e solidárias de reconhecimento entre os seres humanos. A cultura da sociedade desigual constitui-se como um instrumento de dominação entre sujeitos e grupos humanos.

Sempre que um elemento da cultura passa a ser exclusivamente de um grupo humano ou de uma classe social, e que o internacionalismo universal da cultura é negado pelas condições concretas de sua apropriação pelo homem, a cultura é instrumento de poder e dominação de uns sobre outros. É uma cultura alienante, porque não é humanizante, já que nega o universal do homem. Elementos de cultura são: as idéias explicitadoras e interpretadoras da realidade; os valores que se oferecem para a opção em liberdade; as técnicas de transformação efetiva da realidade, os bens materiais que dela resultam e que alimentam a vida do homem em níveis crescentes de bem-estar e segurança, etc. Seu destino universal deve encarnar-se nas condições históricas concretas que permitem sua comunicação real aos homens pelos quais e para os quais se elabora: só assim a cultura é autêntica<sup>14</sup>.

Em uma sociedade regida pela desigualdade em todos os setores da vida social, entre as relações de produção de bens materiais e as relações simbólicas de criação e comunicação de significados e valores, as culturas de pessoas, grupos e classes subalternas são criadas, partilhadas e regidas no interior de limites de uma autonomia muito restrita. De acordo com os documentos dos MCPs dos anos sessenta, sob o poder simbólico de uma *cultura dominante*, a *cultura que o povo cria* traduz a sua condição de "objeto", sob o jugo do que lhe é culturalmente imposto, e com o que ele logra representar desde algo propriamente seu. Assim, como uma cultura dominada e alienada, ela não expressa para os subalternos a evidência de sua própria realidade social, através dos valores de uma ideologia autônoma de classe. Ela é uma *cultura do povo*, sem chegar a ser uma *cultura para o povo*.

Assim, no interior de um tal tipo de estrutura de trocas características de uma ordem de relações desiguais entre os homens, o povo mescla elementos de sua própria cultura (aquilo que reflete para ele a continuidade de seu modo de vida, revelando-ocultando a sua condição de classe) com fragmentos da cultura dominante, que a todo momento e de diversas formas invade os espaços populares da vida social. Isto acontece tanto através de um domínio difuso sobre a sociedade, quanto por meio de instrumentos ativos de controle, quando as classes dominantes lançam mão de estratégias de *cultura de massa* para envolver e conquistar o imaginário da *cultura das massas*, do povo, das classes populares.

Consequentemente, os diferentes setores das classes populares reproduzem como sendo propriamente "sua", uma plural cultura

---

<sup>14</sup> *Ação Popular/Cultura Popular*, na p. 28.

“culturalmente” mesclada (fora do eixo da identidade das classes populares), politicamente dominada (fora do eixo do poder), e simbolicamente alienada (fora do eixo da consciência).

Sob esta situação, não sendo “conscientizado” desde sua própria cultura, camponeses e operários não poderão sê-lo através de outro qualquer meio usual de comunicação de saberes, sentidos e significados, no interior de uma estrutura social e histórica de dominação. De outra parte, será somente a partir da ação conscientizada e organizada das classes populares que poderia ser criada a viabilidade de um projeto de libertação de todas as esferas de domínio na sociedade de classes.

Uma cultura popular “alienada” (o termo era bastante comum na época) seria negadora de uma vocação de direitos humanos em um duplo sentido. Primeiro, porque ela resulta de uma imposição de conhecimentos, valores e códigos de relacionamentos interpessoais de classes e grupos hegemônicos sobre outros, traduzindo a própria relação social de desigualdade, e também o poder de uma classe em impor a outras e a outros grupos sociais, visões de mundo e expressões de identidade que não são criações suas, e não expressam a sua própria experiência no mundo.

Segundo, porque mesmo uma boa parte daquilo que se pode considerar como criação cultural popular, como o que os sujeitos subalternos logram criar através de suas próprias experiências no mundo, reflete ainda a sua condição subordinada. É algo seu, mas não traduz a sua liberdade. É “próprio”, mas não reflete a integridade de sua experiência, pois ela existe privada de autonomia.

### ***O processo social de criação de culturas populares emancipadoras***

Na versão original e manuscrita de *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire desenha dois esquemas. Eles não foram acrescentados à maior parte das versões traduzidas e impressas. Assim, não estão presentes nas edições do livro em Português. Na edição manuscrita os dois esquemas aparecem na página 322, tal como esboçadas pelo autor, e na página 323 em forma impressa. Chama a atenção que o esquema da direita representa a “Teoria da Ação Opressora”, que desagua, no final do desenho no seguinte: “manutenção – objetivo da opressão.

O esquema da esquerda traz este título: “Teoria da Ação Revolucionária” e ele é concluído em sua parte inferior com: “realidade a ser transformada para a” “humanização como processo permanente”. E bem sabemos que todo o livro parte de uma oposição entre a “educação bancária” vinculada à “ação opressora” e uma “educação libertadora”, organicamente vinculada à “ação

revolucionária” e “humanizadora”. E ao longo do livro, será como um trabalho político através da cultura, e cultural através da educação que uma “ação revolucionária” de vocação humanizadora deverá ser realizada. E a expressão “invasão cultural” povoará as ideias de Paulo Freire assim como diferentes documentos dos movimentos de cultura popular.

Se for verdadeiro que por toda a parte existe uma *invasão cultural* erudita e dominante sobre as *culturas do povo* na sociedade regida pela desigualdade e pela oposição entre as classes sociais, um projeto de ruptura social da desigualdade, da injustiça e da marginalização de pessoas e comunidades populares deverá possuir uma dimensão também cultural. Neste sentido...

Não se trata de teorizar sobre a cultura em geral, mas de agir sobre a cultura presente, procurando transformá-la, estendê-la, aprofundá-la<sup>15</sup>.

Este é o momento em que as propostas de *cultura popular* dos movimentos dos anos sessenta buscam constituir os fundamentos de uma insurgente inversão daquilo que até então se pensava como sendo “o processo social da cultura”. Esta inversão foi o que os MCPs imaginaram ser a sua contribuição mais inovadora, no que toca a questão da participação de intelectuais militantes “comprometidos com o povo”, no interior do próprio “projeto popular de sua libertação”.

Colocar a cultura na história e, depois, fazer a crítica histórica da cultura não representou uma descoberta dos movimentos de cultura popular. Mas tomar tal crítica como um ponto de partida, e propor um trabalho coletivo como história através da cultura, foi em um boa medida uma ideia nova em favor de um tipo de prática até então não realizada, ou parcial e raramente realizada na América Latina de então.

Em boa medida os documentos dos anos sessenta tentaram recuperar uma interpretação dialética da cultura, contra uma compreensão dela como produto estático. Como uma “coisa” existente no mundo, situada fora do trabalho social do homem e de sua história”. Opostos à ideologia oficial que imaginava a “cultura brasileira” como um integração “natural” e pacífica decorrente de uma singular “mistura de três raças”, e fechava os olhos para as relações e conflitos de classe ali presentes, os movimentos de cultura popular buscaram instaurar uma nova crítica das condições políticas de realização da cultura. E uma crítica associada a ações culturais de vocação emancipadora.

Contra os usos intelectuais então vigentes, que tradicionalmente

---

<sup>15</sup> *Ação Popular, cultura popular, Documento de orientação de ações políticas aos militantes, MA60, p. 23.*

representam a cultura popular com “as tradições do povo”; como um folclore que não resulta *das* e nem espelha *as* relações de poder entre os seus diferentes tipos de produtores, os documentos dos anos sessenta investiam na proposta de uma *Cultura Popular* (escrita então com iniciais maiúsculas), como um meio de retomar o controle do “processo da cultura”, com o objetivo de motivá-la, através do trabalho político e pedagógico destinado a recriá-la *com* o povo, para conscientizá-lo *através* dela. Assim, eis como a propõe Carlos Estevam.

O fenômeno da Cultura Popular no Brasil, não surge somente como uma atitude, nem somente como consequência de uma análise. Surge como um movimento, isto é, como uma ação efetiva com objetivos determinados, que se cristalizam naturalmente em organizações - que pretendem uma cultura popular, que fazem Cultura Popular - as chamadas organizações de cultura popular.

Tais organizações são assim chamadas, não porque sejam os sujeitos de uma cultura autêntica do povo, nem porque “levem o folclore ao povo”, mas porque pretendem agir no sentido da superação, pela sociedade, dos desníveis entre os diversos grupos sociais que a compõem<sup>16</sup>.

A construção da história da reconquista de uma desejada conciliação *entre* os seres humanos, e da liberdade *de homens e de mulheres* não dispensa, desde o ponto de vista dos MCPs, um trabalho político no específico domínio da cultura. Ao contrário, ao lado de iniciativas de organização e participação de atores populares em um plano mais diretamente político, deveria haver também todo um amplo trabalho popular a ser realizado sobre a cultura e através da cultura. Esta uma das razões porque partilhavam ações culturais transformadoras, tanto professoras quanto artistas, cientistas sociais e estudantes ou profissionais de outras diversas áreas so saber... e da cultura.

Assim, como um momento da história social pode ser o da tomada e da preservação do poder por grupos opressores que sujeitam os mais relevantes processos sociais de construção da cultura aos seus interesses, um outro momento pode ser o da conquista de um poder cultural-popular que recupere não somente para o povo, mas para todos os seres humanos, as dimensões perdidas das relações entre pessoas através do trabalho e da cultura.

A realização deste momento de história exige que aquilo que aos olhos da pessoa ingênua e “alienada” (palavra muito usual então) aparece sendo como um domínio universal e perene expresso como arte, ciência, religião, e outros sistemas de idéias e de imaginário, deixaria de ser o lugar de um “pensamento puro” e “universal”, como “a contemplação da cultura”, e tenderia a ser recuperado como um lugar culturalmente político de luta e de

---

<sup>16</sup> Carlos Estevam, *A questão da Educação Popular*, CPEP-40.

transformação. Social. Eis a razão de ações político-pedagógicas realizadas como *Cultura Popular*.

Para que não se transforme em cultura-para-os-trabalhadores, a Cultura Popular necessita ser uma totalidade que reúna dialeticamente dois polos distintos e as vezes antagônicos: integrar os interesses imediatos do trabalhador individual com o interesse profundo e objetivo da classe trabalhadora e, nessa mesma dialética, unir os interesses particulares da classe trabalhadora com os interesses gerais de todo o povo. A cultura popular somente é totalidade quando se transforma em um processo que permita a livre expansão desta complexa rede em que se articulam, em interseções ricas e variadas, motivos subjetivos e possibilidades objetivas, propósitos de grupos e paixões individuais, meios disponíveis e finalidades ambicionadas...Em uma palavra, a Cultura Popular deve ser a expressão cultural da luta política das massas, entendendo-se por essa luta algo que é feito por homens concretos, ao longo de suas vidas concretas<sup>17</sup>.

Estejamos atentos a que estamos trabalhando com uma expressão à qual podem ser atribuídos três sentidos. *Cultura popular* significava então: a) a cultura subalterna das classes populares, por oposição à cultura dominante das classes dirigentes; b) as diferentes modalidades de um trabalho realizado conjuntamente entre educadores populares e grupos populares, dirigido à produção de uma "outra consciência", de "outra cultura" e de "outra ordem social"; c) o sequente e consrquente resultado nunca concluído do trabalho humano, como uma retotalização da *cultura nacional*, em termos de e sobre as bases de uma *cultura popular liberada*.

Uma cultura que afirmasse a primazia do reconhecimento e da liberdade entre os homens seria inicialmente uma *cultura de classe*: a das classes populares. É, após, aquela cultura que permitisse vislumbrar o ponto final das relações antagônicas entre as classes sociais. E ela então se realizaria como uma *cultura nacional ou mesmo uma cultura universal* tradutora de uma sociedade ou mesmo de todo um mundo social e culturalmente humanizado.

Portanto, a *cultura popular* pouco a pouco se definiria como a prática de uma relação de compromissos entre movimentos de cultura popular e movimentos populares através da cultura. Ela se expressaria como o projeto de realização progressiva e coletiva de tal prática. Como tudo o que deveria ser social e simbolicamente construído através do trabalho educativo da cultura popular. E ela se definiria, finalmente, como o processo e o produto de tal realização. Por esta razão há uma frase que se tornou muito comum naqueles anos: "fazer cultura popular". E ela significava igualmente aquilo que o educador "faz junto ao povo", e aquilo que o povo educado para a

---

<sup>17</sup> Carlos Estevam, CPEP-41.

liberdade realiza por sua própria conta.

O movimento de cultura popular surge no Brasil como reivindicação para opor-se ao tipo de cultura que serve somente à classe dominante. É, por sua vez, um movimento que elabora com o povo (e não para o povo) uma cultura autêntica e livre. O Movimento de Cultura Popular se apresenta como um processo de elaboração e formação de uma autêntica e livre cultura nacional e, por isto mesmo, como uma luta constante de integração do homem brasileiro a nosso processo histórico, em busca da libertação econômica, social, política e cultural do povo. É, portanto, um movimento, por sua vez, de elaboração e de libertação<sup>18</sup>.

Desde o interior de projetos de ação pedagógico-cultural-político, os seus pensadores e militantes apontaram recursos e meios, e buscaram viabilizar instrumentos de pensamento e de ação. Colocando-os nas mãos de mulheres e de homens de grupos e movimentos populares. E buscaram retraduzir e difundir novos e insurgentes conteúdos de compreensão da realidade social. Enfim, buscaram tornar politicamente populares ideias, práticas e recursos que sempre culturalmente restritos a círculos e circuitos eruditos, quando não francamente hegemônicos e anti-populares

Quem revise o *Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos*, verá que a ação pedagógica não começa com uma prática-didática direta de alfabetização. Ele começa com uma coleta de palavras e de temas (assuntos) mais ouvidos em conversas livres entre pessoas da comunidade e futuros alfabetizandos. Desta "coleta" livre e introdutória deveria sair as "palavras" e os "temas geradores", do processo sequente de alfabetização. Mas o seu acontecer é ainda antecedido de uma série de diálogos ao redor de um círculo motivado a comentar o que é lido era dado a ver através de uma sucessão de "fichas de cultura". É a partir de um diálogo entre futuras/os alfabetizandos que todo o trabalho é iniciado. E o fio condutor do diálogo diante das "fichas de cultura", é encaminhar as pessoas à descoberta de si-mesmas como criadoras de cultura.

Pois não se tratava de aprender apenas a ler e escrever em uma língua, como nos programas tradicionais de alfabetização de adultos. Antes de aprender a ler palavras, o que se buscava era que os alfabetizandos aprendessem a "ler o seu mundo através de sua própria cultura", e a comunicar-se com os seus outros como sujeitos criativos, críticos e conscientes. Uma pessoa participante das decisões de seu destino e comprometida com o processo histórico de construção de uma sociedade livre e igualitária.

Os agentes de uma mobilização popular (pessoas, grupos, comunidades

---

<sup>18</sup> Centro Popular de Cultura de Belo Horizonte, *O que é Cultura Popular*, em *Cultura Popular e Educação Popular*, op. cit., p. 85.

e classes) entravam em diferentes situações político-pedagógicas desde os seus valores, seus saberes, seus imaginários, suas versões sobre as suas condições de vida, suas modalidades próprias de organização e representação de suas vidas e de suas lutas. Através de um trabalho comum sobre a *cultura popular* (a que o povo tem e aporta ao processo) a *Cultura Popular* (que os mediadores desenvolvem e também aportam ao processo) uma coletiva ação-de-classe inova, recria, transforma e se conscientiza, tornando cada vez mais crítica, autônoma e politicamente operativa uma *cultura do povo*, que tenderia a se transformar em uma crítica e assertiva *cultura de classe*.

E deveria participar de todo um processo complexo de emancipação para o povo, de sua própria e autêntica *cultura popular*. Isto, na mesma medida em que por extensão, deveria liberar também toda uma sociedade nacional de sua alienante e alienadora dualidade de e entre modos sociais de criar, de partilhar e sobretudo de impor uma cultura.

Nossa luta interna de libertação vincula-se profundamente à cultura popular, que assume em um primeiro momento o sentido de desalienação da nossa cultura, sobrepondo a valores culturais estranhos aos nossos, outros criados e elaborados aqui. Esta é a tarefa fundamental da cultura popular, sobrepor nossa cultura às culturas estrangeiras, sem perder de vista, evidentemente, o sentido universal, permitindo um processo de culturalização em que predomine a cultura brasileira. Em um segundo momento a cultura popular assume o caráter de luta, que junto à formação de uma autêntica cultura nacional, promove a integração do homem brasileiro no processo econômico-social e político-cultural de nosso povo. Uma cultura popular que leve o homem a assumir o papel de sujeito da própria criação cultural, fazendo-o não só receptor, senão o criador de expressões culturais. A tarefa "da cultura não é somente a de um meio político, como um trabalho de preparação das massas para a conquista do poder. Estaríamos reduzindo o sentido da libertação humana ao plano político e econômico. A tomada do poder revolucionário não esgota a cultura popular, ao contrário, abre o caminho para uma criação cultural autêntica e livre, ou melhor ainda, popular e nacional"<sup>19</sup>.

Eis o que gerava e inspirava os *movimentos de cultura popular*. Como um contraponto ao que de maneira sistemática era secularmente realizado através da cultura na sociedade colonial e, depois, na capitalista, caberia a a agentes individuais e coletivos das classes populares uma parcela importante no trabalho ideológico de recriação de sua própria cultura. *Culturas do povo* haveriam de ser transformadas em autênticas *culturas populares*, através de ações pedagógicas de vocação política, como expressões de uma *Cultura Popular*.

Retomando os símbolos e os significados de suas próprias raízes, entre a arte popular, os saberes populares, as diferentes tradições populares em

---

<sup>19</sup> Campanha "De pé no chão também se aprende a ler", *Cultura Popular: tentativa de conceituação*. CPEP- 74.

todas as suas dimensões, os costumes, e repensando-as a partir da interação entre as suas experiências de vida e a associação com os agentes e os recursos de um movimento de cultura popular, as pessoas do povo e os grupos populares (no campo, na cidade, em suas diferenças étnicas, regionais, de vocação de trabalho, de participação diferenciada no trabalho político popular) realizariam sobre si-mesmas o trabalho-pedagógico destinado à sua própria e autônoma “tomada de consciência”. Algo que valia como uma pluri-ação de transformação dos seus valores, de seus modos de pensar o mundo, de significar as suas vidas e os seus destinos. E também as suas crenças - inclusive ou principalmente religiosas - e os seus costumes, “de dentro para fora” e “de baixo para cima”.

Qualquer movimento de cultura deve ter como diretriz suprema e orientadora do conjunto de suas atividades, a deliberação de incorporar-se ao esforço comum desenvolvido pelo movimento popular em luta pelo alcance de seus objetivos. Esse propósito primordial se expressa essencialmente no projeto de transformação das condições culturais que tem desenvolvido o movimento popular, o que se verifica na medida em que essas condições deixam de ser adversas e passam a ser francamente favoráveis ao avanço do movimento popular<sup>20</sup>.

O resultado social e simbólico de um “trabalho popular” haveria de ser o trânsito de culturas subalternas, característica da condição subordinada, para culturas em processo de autonomia, como resultado de processos da organização de movimentos populares de resistência, de luta e libertação.

A relação das atividades insurgentes propostas pelos movimentos precursores deveria ser levada a efeito dividindo as experiências de cultura popular em duas direções principais: 1ª. Aquelas cujo trabalho seria predominantemente pedagógico, e que de modo geral realizavam-se entre a alfabetização à educação de base (educação de jovens e adultos), e desta à ação direta junto a comunidades rurais ou urbanas; 2ª. Aquelas cuja prática seria predominantemente artística, e para as quais o trabalho de cultura popular era um permanente desafio de descobrimento de meios criativos de uma “arte popular revolucionária”. Isto sem negar um princípio originário já em Paulo Freire: o de que a ação pedagógica deve ser estética e artística, para ser educativa e emancipadora. E a de que uma atividade artística consequente não pode deixar de lado a sua vocação também político-libertadora.

“Arte popular”... educação popular”... “cultura popular”... conceitos, palavras e propostas originadas como uma oposição frontal a tradicionais e ilusórias iniciativas de “arte para trabalhadores”, sempre que estivessem a serviço de uma ação cultural opressora, como no gráfico de *Pedagogia do*

---

<sup>20</sup> *Resoluciones del Primer Encuentro Nacional de Alfabetización y Cultura Popular*, versão em Espanhol do documento original. P. 213.

*Oprimido*, a que fiz referência linhas acima. Iniciativas contrárias também ao hegemônico “aproveitamento do folclore”, tal como uma e outro tendem a ser utilizados para subalternamente “elevar o nível cultural do povo” ou, em uma outra direção, para “valorizar a cultura”, negando a possibilidade que dela venham a emergir saberes, sentidos, significados e valores críticos e ativos como um verdadeiro “trabalho cultural de classe”.

Assim, enquanto em alguns programas tradicionais de “informação cultural” ou de “educação de adultos”, o teatro, a música e o cinema tendiam a ser utilizados como recursos pedagógicos para transferir a setores populares conhecimentos eruditos-hegemônicos da lógica dominante, entre os movimentos emergentes dos anos sessenta o cinema, o teatro e a música, como artes populares, eram concebidos como meios para efetuar uma comunicação biunívoca de efeito conscientizador.

Esta comunicação-consciência visava: a) tomar os valores da arte-e-cultura de grupos e comunidades populares e utilizá-los como elementos próprios de reflexão coletiva sobre as condições de vida e o significado dos símbolos do povo; b) levar aos setores populares da população uma arte erudita que geralmente lhes era negada, acompanhada de situações de reflexão coletiva que devolvessem ao pensamento do povo um sentido humano e crítico, que os movimentos de cultura popular reconheçam haverem-se perdido, ao traduzirem-se em termos de “cultura de massas”; c) criar com os participantes de projetos, uma arte que refletisse, a partir da associação dos valores do povo com o aporte do trabalho dos agentes, um modo novo de compreender o mundo e de saber vivê-lo e transformá-lo<sup>21</sup>.

Neste sentido o próprio princípio de uma *educação dialógica*, cuja pedagogia pretendia dissolver “a estrutura vertical do ensino” e devolver aos alunos o poder de “dizer a sua palavra” durante o próprio decorrer da aprendizagem, possuía um valor que deslocava o educacional em direção ao cultural, e resolvia ambos como um que-fazer francamente político e, no limite, emancipador, revolucionário.

Sendo um trabalho de mediação, uma prática partilhadas por intelectuais comprometidos com e junto às classes populares, os documentos dos anos sessenta insistiam em que nada ali deveria ser hierárquico e vertical. Não deveria existir uma ação imposta, como se fazia costumeiramente no contexto da cultura dominante. No limite, não deveria ser nem mesmo algo “para” o povo, ainda que politicamente realizado “em seu nome” e “a seu favor”.

---

<sup>21</sup> Jomard Muniz de Brito, *Educação de Adultos e Unificação da Cultura*, CPEP-150.

Em sua melhor dimensão, a prática dos movimentos de cultura popular deveria incorporar-se de maneira concreta nos e entre os espaços e os modos de vida do povo, acrescentando apenas aquilo que por conta própria as classes populares não conseguissem ainda produzir e representar. Um dos princípios mais unitários era o de que não existiria uma verdadeira conscientização sem o diálogo, e não existe diálogo "solto". Ele somente se realiza no campo das relações sociais diretas quando elas garantem uma efetiva participação popular no trabalho de realizá-lo através da Cultura Popular.

Este procedimento aponta para o outro lado da proposta múltipla dos *movimentos de cultura popular*. Apesar de todas as críticas da *cultura popular* como "alienada", o importante na ação cultural seria um trabalho de resgate, não de negação das *tradições populares*. Partir delas, tal como os seus agentes e consumidores populares as vivenciavam. Tornar claro, com eles e para eles, o que existe "ali" de verdadeiramente popular, e o que é residual e imposto por outras culturas, através do que Paulo Freire costumava chamar de "invasão cultural".

Em projetos concretos que quase sempre tiveram uma enorme dificuldade em passar de suas teorias e palavras para uma experiência duradoura e consistente, os objetivos gerais envolviam a crítica "com o povo" dos seus valores culturais, ao lado da experiência de recriação de culturas que pouco a pouco passassem de uma espécie de tradição residual para uma real e ativa "tradição inovadora". E, sem perderem as suas características "folclóricas", que elas servissem a traduzir para pessoas, grupos, comunidades e movimentos populares a sua própria tomada de consciência como sujeitos da história em luta em nome da construção do que anos mais tarde veio a tornar-se o lema dos Fóruns Sociais Mundiais: "Um outro mundo é possível".

### **Adendo - Paulo Freire: Cristão? Marxista?**

Sem ser confessionalmente um cristão e nem um marxista, é em, em boa medida, em uma proximidade de e a universos, coletivos e instituições cristãs que Paulo Freire pensou, escreveu e educou.

O Movimento de Educação de Base, originalmente católico, é possivelmente o único que estende a todo o Brasil a proposta humanista-pedagógica de Paulo Freire, em tempos ainda anteriores à escrita de *Pedagogia do Oprimido*. Lembro que o MEB tomou o "Método Paulo Freire" como um fundamento teórico e metodológico, e o "recriou" para uso em escolas radiofônicas. O resultado do trabalho tomou o título de: "Benedito e Jovelina", os nomes dados à mulher e ao homem de um simbólico de um

casal camponês goiano. Pronto para ser “levado ao ar”, o trabalho da Equipe do MEB-Goiás foi abortado pelo golpe militar de abril de 1964.

Foi na revista *Cristianismo y Sociedad*, de uma instituição cristã-ecumênica: Iglesia y Sociedad en América Latina, que como artigos sucessivos foram publicados os futuros capítulos de *Pedagogia do Oprimido*. O mesmo livro foi publicado em Espanhol por uma editora igualmente cristã-ecumênica. E também assim aconteceu com edição em Português, publicada pela Editorea Paz e Terra.

Em seu exílio, Paulo Freire foi convidado a ser o coordenador do Setor de Educação do *Conselho Mundial de Igrejas* – o “Vaticano do mundo protestante”. Quando de volta ao Brasil, Paulo trabalhou como professor na Universidade Estadual de Campinas e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi, no entanto, nesta segunda universidade que Paulo se sentiu “mais em casa”. E foi a PUC de São Paulo a instituição que criou a primeira “Cátedra Paulo Freire”.

Reproduzo aqui trechos de uma entrevista que em 1978 Paulo Freire concedeu a Lilia Chiappini Moraes Leite, da Universidade de São Paulo, em Genebra. Transcrevo aqui a parte final da entrevista pelo que ela contém de “confessionalmente” revelador. O “Encontro com Paulo Freire” foi publicado entre as páginas 47 e 75 da revista *Educação e Sociedade nº 3, de 1979*)

**L. (Lígia)** – *No fundo eu quero te perguntar até que ponto hoje você é mais marxista do que era na época de Pedagogia do Oprimido.*

**P. (Paulo)** – *Talvez eu pudesse dizer, repetir o que tenho dito em certas entrevistas, que eu acho que expressa bem a minha experiência; é o seguinte: indiscutivelmente eu fui, na minha juventude, ao camponês e ao operário da minha cidade, movido pela minha opção cristã. Que eu não renego. Chegando lá, a dramaticidade existencial dos homens e mulheres com quem eu comecei a dialogar com me remete a Marx. É como se os camponeses e os operários me tivessem dito: “Olha, Paulo. Vem cá, você conhece Marx?” Eu fui a Marx por isso. E, indo a Marx, eu começo a me surpreender com alegria, por ter encontrado Marx entre camponeses e operários. Quer dizer, certo tipo de análise, como aquela do meu pedagogo que eu citei no começo (da entrevista – CRB), em que ele me chamava a atenção para as coisas materiais em que a sua consciência se formava e se reformava... comecei a ver uma certa racionalidade original do pensamento marxista lá na área camponesa, de analfabetos. Então comecei a ver: puxa, esse cara é sério!*

*Não quero dizer que eu hoje sou um “expert” em Marx, ou que eu sou marxista. Por uma questão até de humildade. Eu acho que é muito sério alguém ser marxista. É preferível dizer que eu estou tentando tornar-me. E a mesma coisa em relação à minha opção cristã. Eu sou um homem em procura de tornar-me um cristão.*

Em um livro recentemente publicado no Brasil: *Educação, movimentos sociais e utopias*, há um intrigante artigo intitulado: *Interpelações feministas*

a Paulo Freire<sup>22</sup>. Na página 229 do livro há uma fotografia de uma parte de uma página de jornal. O jornal é da distante Austrália, da cidade de Melbourne, e tem este nome: "The Age Newspaper". A data é também de algum modo distante: 23 de abril de 1974. A notícia traz uma manchete em letras maiúsculas que reproduzo aqui no Inglês original.

"When I met Marx, I continued to meet Christ on the corners of the street".

Na sequência da notícia a frase da manchete é atribuída ao educador brasileiro Paulo Freire.

### **Livros e outros escritos lidos, consultados ou indicados**

*(indico aqui tanto os livros lidos e consultados, quanto outros que considero úteis para um conhecimento mais aprofundado dos escritos dos "anos sessenta" a respeito do tema desta artigo)*

AÇÃO POPULAR. *Cultura Popular*. Documento 4: documento de orientação de ações políticas aos militantes, MA60. Rio de Janeiro, documento mimeografado, 1986.

AÇÃO POPULAR. *Cultura Popular*. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

ARANTES, Aldo. LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular - da JUC ao PC do B*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984.

ASSUMPCÃO, Rayane. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cultura rebelde - escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Editora do Instituto Paulo Freire, 2009.

BARREIRO, Júlio. *Educación Popular y Proceso de Concientización*. (2ª edição). Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

BEIGESSEL, Celso de Rui. *Estado e Educação Popular*. São Paulo: Editora Pioneira, 1974.

BEZERRA, Aída. As atividades em Educação Popular. In: *Educação Popular*, CEI/Suplemento 17. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1977.

BEZERRA, Aída. RIOS, Rute. La negociación: una relación pedagógica posible. In: *Cultura y Política en Educación Popular*. Organizado por Anke Van Dam, Sergio Martinic e Gerhard Peter Cesó Paperbach. n. 22, La Haya, 1995.

---

<sup>22</sup> O livro foi coordenado por Amanda Motta Castro, Luciene Tavares dos Santos e Márcio Caetano, é da Editora CRV, de Curitiba e foi publicado em 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) *A questão política da educação popular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educación Pública, educación popular, educación alternativa e educación del campo*. *Polifonias* – revista de educación, Ano IV n. 7. Sep./oct. Departamento de Educación, Universidad Nacional de Lujan, 2015.

BRITO, Jomard Muniz de. Educação de Adultos e Unificação da Cultura. In: FAVERO, Osmar (org). *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro, Graal: 1983.

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário da educação do campo*. (2ª Edição). Rio de Janeiro: Expressão Popular, FIOCRUZ, E.P.S. Joaquim Venâncio, 2012.

CALVO, Carlos. *Educación Informal y Procesos Educativos informales*. Pátzcuaro: CREFAL, 1982.

CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER”. Cultura Popular: tentativa de conceituação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Rio de Janeiro: BEST-Bolso, 2017.

CARDONEL, Thomas, VAZ, Henrique da Lima, SOUZA, Herbert José de GOMÉZ DE SOUZA, Luís Alberto, Coletivo de Estudantes do DCE da PUC do Rio de Janeiro. *Cristianismo Hoje*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.

CASTRO, Amanda Motta et al. *Educação, Movimentos sociais e utopias*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

CENTRO POPULAR DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. O que é cultura popular. In. FÁVERO, Osmar (Org). *Cultura e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

COLETIVO DO CENTRO POPULAR DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. O que é cultura popular. In: FÁVERO, Osmar (Org). *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

COLETIVO DA AÇÃO POPULAR. Ação Popular/Cultura Popular. In: FÁVERO, Osmar (Org). *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

COSTA, Beatriz Bebianio. Para analisar uma prática de Educação Popular. In: *Educação Popular*. CEI/Suplemento 17. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1977.

CPC/BH – Centro Popular de Cultura de Belo Horizonte. O que é Cultura Popular - Cultura Popular. In: FÁVERO, Osmar (Org). *Cultura e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

COELHO, Edgar Pereira (org). *Pedagogia da Correspondência: Paulo Freire e a Educação por cartas*. Campinas: Editora Autores Associados, 2011.

COLETIVO DA CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER”. *Cultura Popular: tentativa de conceituação*. In: FÁVERO, Osmar (Org). *Cultura e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

DUSSEL, Enrique. *Política da Libertação – história mundial e crítica – volume 1*. Passo Fundo: IFIBE Editora, 2014.

ESTEBAN, Maria Teresa. TAVARES, Maria Tereza Goulart. *Educação popular e a escola pública – algumas questões e novos horizontes*. In: STRECK, Danilo. ESTEBAN, Maria Tereza (org.). *Educação popular – lugar de construção social coletiva*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

ESTEVAM, Carlos. *A questão da Cultura Popular*. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

FALS-BORDA, Orlando. *Ciencia propia y colonialismo intelectual – los nuevos rumbos*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987

FALS-BORDA, Orlando. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. CETRULO, Ricardo (org.). *Investigación participativa*. Montevideo: Instituto del Hombre e Ediciones de la Banda Oriental, 1985.

FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1972.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido o manuscrito*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, UNINOVE, 2018.

FREIRE, Paulo. *Conscientização e Alfabetização - uma nova visão do processo*. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

FREIRE, Paulo, GADOTTI, Moacir, SAVIANI, Demerval, BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação*. In: *Cadernos do Trabalhador*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 1983.

FURTER, Pierre. Educação de Adultos e Educação Extra-Escolar nas Perspectivas da Educação Permanente. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 59, n. 131, jul. -set.

GADOTTI, Moacir. TORRES, Carlos A (org.). *Educação popular – utopia latino-americana*. São Paulo: Editora Cortez, Editora da USP, 1994.

HUIDOBRO, Juan Eduardo García. *La Relación Educativa en Proyectos de Educación Popular*. Santiago: CIDE/UNESCO, 1982.

ISAL – IGLESIA Y SOCIEDAD EN AMÉRICA LATINA. *Cristianismo y Sociedad* Números 29/30, ano X, Montevideú.

JARA, Oscar. *La Educación popular latinoamericana – historia y claves éticas, políticas y pedagógicas*. Costa Rica, San José: ALFORJA, 2018.

MACIEL, Jarbas. Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Cultura Popular: notas para um estudo. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *O MEB em 5 anos*. Rio de Janeiro: mimeo, 1966.

MEJIA, Marco Raul. *Educación popular en el siglo XXI*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2015.

MUNIZ DE BRITO, Jomard. Educação de Adultos e Unificação da Cultura, Cultura Popular e Educação Popular. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

PAIVA, Vanilda. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Editora Loyola, 1982.

PEIXOTO, José Pereira. Movimento de Educação de Base (MEB). Alguns dados históricos. *PROPOSTA / 3 FASE dez. 1976, nº 3*.

Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular Resoluções. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

SAVIANI, DEMERVAL. *Pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Editora Autores Associados, 2000.

STRECK, Danilo. ESTEBAN, Maria Tereza (org.). *Educação popular – lugar de construção social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

STRECK, Danilo et al. *Dicionário Paulo Freire*. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

TEILHARD DE CHARDIN, Pierre. *O fenômeno Humano*. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

TORRES, Alfonso Carrillo. *La educación popular – trayectoria y actualidad*. 2ª edición. Bogotá: Editorial El Búho, 2012.

VÁRIOS AUTORES. Documento de São Bernardo. In: *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro: CEDI, 1980.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Apontamentos sobre Educação Popular. In: VALLE, Eugênio. QUEIRÓZ, José J. (org). *A Cultura do Povo*. São Paulo: Cortez e Moraes / EDUC, 1979.

VÁRIOS AUTORES. Convocatória para o Primer Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo. *Cristianismo y Sociedad*, 29/30, ano X, 1963.